



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

105
AP

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0003834-75.2014.8.17.0000 (0332927-9)

AGRAVANTE: DIOGENES PACHECO

AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES.

EMENTA: PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO A QUO QUE POSTERGA APRECIÇÃO DE PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA MOMENTO POSTERIOR. DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTO NOVO CAPAZ DE MODIFICAR A DECISÃO TERMINATIVA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Legal nº 0332927-9, figurando como Agravante Diógenes Pacheco e como Agravado o Instituto Nacional de Seguro Social, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas lhe NEGAR PROVIMENTO, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 30 de maio 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

106
P

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003834-75.2014.8.17.0000 (0332927-9)

AGRAVANTE: DIOGENES PACHECO

AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo proposto por Diogenes Pacheco contra Decisão Terminativa proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0332927-9, que negou seguimento ao recurso, mantendo a decisão do juízo da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho da Capital, que postergou a análise sobre o pedido de tutela antecipada para após a realização da perícia oficial.

Alega o agravante, de início, o cabimento do agravo de instrumento contra manifestação de cunho decisório.

No mérito, aduz que os requisitos necessários à concessão da medida antecipatória requerida estão devidamente preenchidos.

Sustenta, ainda, a possibilidade de concessão de tutela antecipada na situação dos autos, pois o Supremo Tribunal Federal, através da Súmula nº 729, já sedimentou o entendimento que a vedação contida na Lei nº 9.494/74 não alcança matéria previdenciária

Pugna, desse modo, pelo provimento do recurso para que, inicialmente, seja reconhecida a recorribilidade da decisão agravada e, por fim, seja o mérito julgado de forma favorável condenando o INSS ao restabelecimento, de imediato, do benefício de auxílio doença acidentário. .

É o que importar relatar

VOTO

Busca o recorrente, através da interposição do presente Agravo, a modificação da decisão agravada que negou

13



NOT
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

seguimento ao recurso de agravo de instrumento por entender que a decisão do juízo *a quo* consubstancia-se em despacho de mero expediente e, portanto, desprovido de qualquer conteúdo decisório capaz de causar prejuízo ao direito do agravante, contra o qual, na forma do art. 504 do Código de Processo Civil, não cabe recurso.

Alega o recorrente que a decisão do Juízo *a quo* que posterga a análise do pleito antecipatório, não se trata de simples ato ordinatório, mas de pronunciamento de cunho decisório, atacável por meio de recurso de agravo de instrumento.

No entanto, não vislumbro inovação nos argumentos trazidos capaz de alterar a compreensão explicitada na decisão desafiada, razão pela qual apresento a questão ao Colegiado.

Desta feita, com o fim de evitar repetição dos argumentos constantes na decisão guerreada, mantenho a decisão terminativa proferida às fls. 151/162, pelas mesmas razões que a motivaram, transcrevendo abaixo seus fundamentos, para que faça parte integrante da presente decisão.

Compulsando os autos, observo que o magistrado de piso não emitiu qualquer juízo sobre o pedido de tutela antecipada formulado pelo autor.

O magistrado *a quo*, apenas postergou a apreciação da tutela para momento posterior (após a realização da perícia oficial), *in verbis*:

DESPACHO

1. Compulsando os autos, verifico que neles constam provas contrárias, já que há laudo médico particular, de Fevereiro de 2014 (fl. 33), que atesta a incapacidade para o trabalho da parte autora, enquanto que a perícia médica do INSS constatou a ausência de incapacidade.

2. Diante desse fato, não há como firmar, antes de uma manifestação do perito judicial deste juízo, um juízo de verossimilhança, tendo em vista a ausência de prova inequívoca.

3. Posto isso, deixo para me manifestar sobre o pedido de tutela antecipada após a realização da perícia oficial deste juízo.

(...)

7. Determino que os autos sejam encaminhados à Diretoria de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Des.



108
78

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Ângelo Jordão Filho, situado à Rua Santa Edwrigens nº 390, Prado, Recife/PE, para realização de perícia médica por parte do profissional da especialidade competente, lotado nessa repartição, o qual deverá elaborar o seu laudo pericial no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, respondendo a quesitação do juízo, ora anexa (CPC, artigos 421 e 433) e a quesitação das partes.

(...)

11. Com a apresentação do laudo pericial intinem-se as partes, através de seus advogados, para conhecimento bem como para apresentação de pareceres por parte dos seus assistentes técnicos, no prazo comum de 10 dias (CPC, art. 433, parágrafo único).

Recife, 27 de Março de 2014.

Carlos Antônio Alves da Silva

Juiz de Direito em exercício cumulativo

Tal fato consubstancia-se em despacho de mero expediente e, portanto, desprovido de qualquer conteúdo decisório capaz de causar prejuízo ao direito do agravante, contra o qual, na forma do art.504 do Código de Processo Civil, não cabe recurso.

Esse é o entendimento acolhido pela jurisprudência majoritária deste Tribunal de Justiça.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DEPENDÊNCIA QUÍMICA. TRATAMENTO. INTERNAÇÃO HOSPITALAR. CLÍNICA ESPECIALIZADA. COBERTURA SECURITÁRIA. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Embora, a rigor, o despacho que posterga a apreciação do pedido de tutela antecipada para depois do prazo de resposta, dado o seu conteúdo meramente ordinatório (CPC, art. 162, § 3º), não desafie a interposição de agravo de instrumento (CPC, art. 504 c/c o 522), na hipótese, excepcionalmente, diante da inexitosa tentativa de se realizar o ato citatório e da possibilidade de que se concretize para a agravante um dano irreparável ou de difícil reparação, admitiu-se o processamento do recurso. "Constitui obrigação legal das operadoras de planos de saúde, garantir e custear o tratamento adequado aos dependentes químicos (...)" (TJMG, 11ª CÂMARA CÍVEL, AC 1.0024.10.038464-3/002, Real. Des. Selma Marques, j. em 16/2/2011). Primeiro, porque a doença em questão - CID F10.2 (transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool - síndrome de dependência) - não consta dentre as exceções de cobertura previstas nos incisos I a X do art. 10 da Lei nº 9.656/98. E segundo, porque o seu tratamento, qual seja, a internação hospitalar, em clínica especializada, está expressamente previsto dentre as exigências mínimas elencadas no art. 12 da Lei. Agravo provido. Decisão unânime. (TJ-PE - AI: 432063320118170001 PE 0015229-69.2011.8.17.0000, Relator:



109
AP

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 23/02/2012, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 41/2012)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA LANÇADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DESPACHO QUE POSTERGOU A ANÁLISE DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA APÓS A APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. DESPACHO SEM CONTEÚDO DECISÓRIO. IRRECORRÍVEL. NÃO RESTOU DEMONSTRADA A IMINÊNCIA DE RISCO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. AUSÊNCIA ARGUMENTO NOVO. RECURSO IMPROVIDO. À UNANIMIDADE. - O magistrado de primeiro grau exerceu a faculdade de adiar, para momento oportuno, a apreciação do pedido liminar de rescisão do contrato firmado entre as partes. - Juízo adequado, em face da cautela adotada, visando a segurança da prestação jurisdicional, em que se mostra prudente a ouvida da parte contrária acerca dos argumentos trazidos pela parte demandante, ante a gravidade do pedido liminar. - Configura-se um despacho ordinatório, sem conteúdo decisório, não restando demonstrado, no presente caso, a comprovação objetiva da iminência de risco grave ou de difícil reparação a Agravante, sendo vedado a este órgão revisor substituir o julgador singular, examinando a pretensão formulada. - Ausência de argumento novo capaz de ensejar a modificação da decisão terminativa agravada. Recurso improvido. À unanimidade. (TJ-PE - AGV: 2669854 PE 0003710-63.2012.8.17.0000, Relator: Itabira de Brito Filho, Data de Julgamento: 20/03/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 58)

Ademais, registro que este mesmo entendimento é o adotado pelos Tribunais Estaduais nas situações das ações acidentárias promovidas em face do INSS, conforme se observa dos seguintes arestos:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

AGRAVO DE INSTRUMENTO - **AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA POR ACIDENTE DE TRABALHO E/OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.** - POSTERGAÇÃO DA APRECIÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA POSTULADA PARA MOMENTO POSTERIOR - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE LESIVIDADE - INEXISTÊNCIA DE RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DIFÍCIL REPARAÇÃO - ILEGALIDADE DO DESPACHO NÃO DEMONSTRADA - RECURSO NÃO CONHECIDO. - "A antecipação ou não da tutela é ato de prudente arbítrio do juiz, podendo ele postergar a apreciação da questão para após o prazo de contestação, não podendo o tribunal se adiantar antecipando a tutela em sede agravo de instrumento, sob pena de ferir o princípio do duplo grau de jurisdição, a não ser que ocorra evidente ilegalidade ou situação teratológica." (TJPR - AI 289564-3 - 10ª Câmara Cível - Rel. Marcos de Luca



120
7P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Fanchin. Julg: 17/06/2005)"(Agravado de Instrumento nº 0706947-6 - 6ª Câmara Cível, Rel. Juíza Ana Lúcia Lourenço, j. em 25.01.2011)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. ACIDENTE DE TRABALHO. RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. O ato judicial contra o qual foi interposto o agravo de instrumento não constitui decisão interlocutória, mas mero despacho. Assim, tal provimento é irrecorrível. Inteligência do art. 504 do Código de Processo Civil. Precedentes jurisprudenciais. **NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.** (Agravado de Instrumento Nº 70058792391, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 06/03/2014)

Ante o exposto, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente recurso, para manter a decisão atacada.

Publique-se. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Recife, 30 de abril de 2014.

Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator

Assim, a decisão impugnada há de ser mantida pelo que nela se contém, visto que o agravante não logrou desconstituir quaisquer de seus fundamentos, que proponho sejam integralmente preservados.

Ante o exposto, em face da regularidade da decisão proferida, estando ela conforme os ditames legais e a jurisprudência deste Tribunal, **VOTO** pelo **IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado, ao tempo em que a submeto à apreciação desta Egrégia Câmara.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator